



Continuidades e discontinuidades na cidade dos anéis

Suzana Pasternak¹
Lucia Maria Machado Bogus

1. Introdução

O presente trabalho inscreve-se nas discussões acerca do conjunto de mudanças em curso na região metropolitana de São Paulo, focalizando de modo específico o município de São Paulo, tendo em vista compreender suas novas espacialidades urbanas e a consolidação de padrões de desigualdade sócio-espacial observados na última década.

O conjunto de informações censitárias referentes a São Paulo nos anos 80 e 90 servirá de base às análises propostas. O tecido urbano do município foi dividido, para fins analíticos, em 5 anéis, tendo como base inicial diferenciais na estrutura etária de grupos de distritos (Pasternak & Bogus, 1998)².

O 1º ponto relevante no que se refere às transformações observadas na RMSP e em particular no MSP diz respeito às transformações na estrutura sócio-ocupacional metropolitana sob impacto da globalização (Sassen, 1991; Marcuse, 1987). Muitas destas mudanças na economia foram estimuladas pela liberalização das importações no início da década de 90, o que produziu fortes impactos no mercado de trabalho local, repercutindo sobre o emprego assalariado, em particular nas empresas de grande porte. Como decorrência, observou-se um aumento do serviço doméstico remunerado, dos pequenos empreendimentos urbanos e do trabalho informal.

O fraco desempenho da atividade econômica vinculado às modificações na estrutura produtiva repercutiu no mercado de trabalho assalariado, impossibilitando a absorção de

¹ PUCSP. E-mail: suzanapasternak@uol.com.br.

² Os distritos que compõem os distintos anéis são:

- Anel central (6): Bela Vista, Consolação, liberdade, República, Santa Cecília e Sé;
- Anel interior (11): Barra Funda, Belém, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Jardim Paulista, Mooca, Pari, Perdizes, Pinheiros e Vila Mariana;
- Anel intermediário (15): Água Rasa, Alto de Pinheiros, Campo Belo, Carrão, Cursino, Moema, Ipiranga, Itaim Bibi, Lapa, Penha, Sacomã, Saúde, Tatuapé, Vila Guilherme e Vila Leopoldina;
- Anel exterior (28): Aricanduva, Butantã, Cachoeirinha, Cangaíba, Casa Verde, Cidade Ademar, Freguesia do Ó, Jabaguara, Jaguará, Jaguaré, Limão, Mandaqui, Morumbi, Pirituba, Rio Pequeno, Santana, São Lucas, Sapopemba, Tremembé, Tucuruvi, Vila Formosa, Vila Maria, Vila Matilde, Vila Medeiros, Vila Prudente, Vila Sônia e São Domingos;
- Anel periférico (36): Anhanguera, Artur Alvim, Brasilândia, Campo Grande, Campo limpo, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Grajaú, Guaianazes, Iguatemi, Itaim Paulista, Itaquera, Jaraguá, Jardim Ângela, Jardim Helena, Jardim São Luis, Jose Bonifácio, Marsillac, Parelheiros, Parque do Carmo, Pedreira, Perus, Ponte Rasa, Raposos Tavares, Santo Amaro, São Mateus, São Miguel, São Rafael, Socorro, Vila Andrade, Vila Curuçá, Vila Jacuí e Lajeado.

novos contingentes de trabalhadores. A terceirização de atividades antes realizadas dentro das empresas provocou uma verdadeira explosão no emprego em pequenos empreendimentos urbanos, muitos deles de caráter familiar, envolvendo trabalho não remunerado. Conforme Baltar (2002), a variação do emprego assalariado na RMSP entre 1992 e 1998, nos pequenos empreendimentos urbanos foi 42,5%, com taxa anual de 6,1% de aumento. Já a variação no serviço doméstico remunerado foi de 24,1% neste mesmo período, com taxa anual de 3,7%. A participação conjunta do serviço doméstico remunerado e dos pequenos empreendimentos urbanos no emprego assalariado total aumentou de 17,7% para 22,4% no período considerado. Cabe salientar que todo o aumento do emprego assalariado metropolitano entre 92 e 98 ocorreu no serviço doméstico e nos pequenos empreendimentos urbanos. Entre 92 e 98, a ocupação assalariada cresceu apenas a uma taxa de 1% anual, enquanto que as ocupações por conta própria cresceram a taxa de 3,6% ao ano (dados das PNADs). O emprego assalariado formal na RMSP decresceu a uma taxa de 0,53% ao ano, entre 92 e 98, enquanto que o emprego sem carteira aumentou a taxa de 6,13% anuais.

“A intensidade com que cresceu o número de empregados sem carteira de trabalho, tanto nos pequenos empreendimentos não empresariais como nas empresas de tamanho pequeno, sugere que uma parte expressiva da queda do emprego verificada nas empresas grandes, não foi uma simples eliminação de postos de trabalho, mas um deslocamento para empresas menores e pequenos empreendimentos, processo acompanhado da informalização dos vínculos de emprego, deixando de explicitar o contrato de trabalho na carteira profissional dos empregados” (Baltar, pág 7). Cabe ainda destacar o expressivo aumento do emprego nas ocupações técnicas e de nível superior na RMSP, as quais apresentaram o maior ritmo de crescimento no período, com taxa de 3,8% anuais.

Este quadro, fruto de um conjunto de transformações da economia, reforça a estrutura social, caracterizada pela concentração de renda, com expansão das camadas superiores e inferiores e retração das camadas médias. Tais mudanças reafirmam uma configuração espacial já marcada pela dualização da estrutura social e urbana.

2. Crescimento demográfico no Município de São Paulo: principais mudanças e tendências

O município de São Paulo continha, em 2000, 58,36% da população da região metropolitana. O peso da população da capital na região metropolitana é decrescente, passando de 85% em 1940 para menos de 60%, seis décadas depois.

A população municipal, que ainda crescia a 3,66% anuais na década de 70, apresentou forte queda na taxa de crescimento nos anos seguintes: entre 1980 e 1991, a taxa reduziu-se para 1,13 % anuais, sendo que foi a primeira vez na história recente da cidade onde os saldos migratórios foram negativos, com uma média de 69 mil pessoas deixando o município por ano. Nos anos 90, tal tendência se manteve, apesar do saldo negativo apresentar desaceleração, registrando uma média anual de saída de 50,8 mil pessoas (SP Demográfico, janeiro de 2003). A região metropolitana de São Paulo, que nos anos 80 apresentava também saldo migratório negativo, de cerca de 26 mil pessoas por ano, entre 1991 e 2000

reverte este saldo negativo para um saldo anual positivo de 24 mil pessoas entre 1991/2000 (Perillo, 2002). O estado de São Paulo desponta como grande receptor de migrantes, aumentando seu saldo migratório anual de 77 mil pessoas por ano na década de 80 para 123 mil pessoas anuais na década de 90.

Mesmo internamente à capital, o crescimento, ainda que mais reduzido – o município de São Paulo cresceu 824.887 pessoas e 549.069 domicílios entre 1991 e 2000 – foi essencialmente periférico. As áreas centrais apresentam queda no número de residentes e de domicílios, enquanto que as periféricas (anéis exterior e periférico) se responsabilizam por todo o incremento demográfico nas duas últimas décadas.

A análise dos dados demográficos de 2000 revela a continuidade do processo de periferização. As taxas de crescimento dos anéis central, interior e intermediário são ainda mais fortemente negativas que na década anterior, mostrando forte evasão de população residente nos bairros centrais: estes 3 anéis apresentam uma perda absoluta de mais de 265 mil pessoas entre 1991 e 2000. Como afirmam Januzzi e Januzzi (2003, pág 110) “observa-se, pois, um movimento de ‘esvaziamento’ populacional absoluto em ritmo crescente no tempo e no espaço se processando a partir dos distritos mais centrais”.

O crescimento da capital de São Paulo se deu todo nos anéis exterior e periférico, onde a população teve aumento de mais de 1 milhão de pessoas, com taxa de 0,13% ao ano no anel exterior e 2,71% ao ano, no anel periférico. Estas taxas são bem menores que nas décadas anteriores. Mas a tendência da positividade das taxas nos anéis mais exteriores do município se mantém.

Assim, o anel periférico foi responsável por 55% do incremento populacional nos anos 70, 97% do incremento populacional entre 1980 e 1991, e 127% nos anos 90. O aumento de mais de 1 milhão de pessoas no anel periférico compensou a perda de 265 mil nos anéis mais centrais. A região entre as avenidas marginais perdeu quase 130 mil residentes nos anos 80 e mais de 168 mil nos anos 90. O número absoluto de novos moradores em São Paulo tem diminuído: o incremento populacional, que era de 2,5 milhões entre 70 e 80, reduz-se para 1,12 milhões nos anos 80 e para 825 mil nos anos 90. Mas, desde 1980, este incremento se dá exclusivamente na periferia.

3. Estrutura etária diferencial intra-urbana

A população da cidade, tal como a brasileira, está envelhecendo: o percentual de jovens com até 14 anos reduziu-se, entre 1970 e 2000, de 31,40% do total da população para 24,85%. A outra face do fenômeno, a proporção de idosos – com mais de 60 anos – subiu de 6,08% em 1970 para 9,32% no ano 2000.

Percebe-se que nos diversos anos, a população jovem aumenta em direção à periferia: em 1970 o percentual de jovens no anel periférico era quase 3 vezes este mesmo percentual no anel central; no ano 2000, este quociente diminuiu para 2 vezes. Até mesmo a periferia está envelhecendo: a proporção da população do anel periférico com menos de 14 anos diminuiu de 41,79% para 29,09%, diminuição maior que a equivalente no anel central, onde a proporção de jovens se manteve em torno de 15%.

No ano 2000, o gradiente etário que já surgiu nos anos anteriores – percentual de jovens crescendo em direção da periferia e proporção de população idosa maior no anel interior – se mantém. Nota-se que a redução no tempo de jovens no anel periférico é grande: em 1970, a proporção de pessoas com menos de 15 anos na periferia era de 41,79%; esta proporção cai para 37,34% em 1980, 33,60% em 1991 e para 29,09% no ano 2000, numa redução de quase 13 pontos percentuais em 3 décadas. No anel exterior, esta redução é ainda maior, de mais de 15 pontos percentuais no período. No outro extremo de idades, o aumento de idosos no anel central alcança 5 pontos percentuais e no anel interior chega a 7 pontos percentuais. A população envelhece em todos os anéis, mas com ritmos distintos.

4. Sexo e cor dos chefes de domicílio

Com referência à chefia do domicílio, em 1991, 20,26% dos domicílios eram chefiados por mulheres. No ano 2000, esta proporção sobe para 28,97%.

Embora existam outros indícios de um aumento de chefia feminina na década, a forma de coleta da questão pode estar influenciando as respostas. Em 1991, a questão referia-se diretamente ao chefe; já no ano 2000, a pergunta era quem seria o responsável pelo domicílio. De qualquer forma, tanto em 1991 como em 2000, a chefia feminina é maior no anel central e desce em direção da periferia.

A explicação para este fenômeno é dupla, não mutuamente exclusiva: sociológica e demográfica. No anel central, a estrutura etária é mais velha. Como a sobrevivência feminina é maior, há mais mulheres sós, que se colocam com chefes ou responsáveis. De outro lado, está havendo um aumento de separações, famílias mono parentais com chefia feminina, casais sem parceiro fixo. E tanto este tipo de família como a de mulheres sós tenderia a se localizar nas partes mais centrais da cidade, onde podem usufruir das vantagens de localização e acessibilidade.

As rendas médias dos chefes masculinos são sempre, em todos os anéis e nos dois anos, mais altas que a dos chefes mulheres. Mas esta diferença diminuiu na década: se, em 1991, a renda média dos homens era 50,10% maior que a das mulheres, em 2000 esta diferença reduziu-se para 43,90%. Por local de residência, a diferença é mais alta nos anéis exterior e periférico (mais de 60%), diminuindo bastante nos anéis central e interior (pouco maior que 30%). A explicação deste fato pode estar ligada tanto ao tipo de trabalho exercido nas áreas centrais, ligado aos serviços e vendas, como à estrutura etária feminina no centro, mais velha.

A proporção de chefes é majoritariamente branca no município no município de São Paulo: 70,72% dos chefes de domicílio em 1991 e 67,19% no ano 2000.

A proporção de brancos no anel interior - onde a renda é maior – é mais alta que nos outros anéis, tanto em 1991 como no ano 2000. É também o anel interior que agrega o maior percentual de chefes com maior escolaridade, o que permite estabelecer uma relação entre renda, cor, escolaridade e local de residência no espaço urbano. O anel periférico é o que

apresenta o maior percentual de chefes não brancos (44,20% no ano 2000), muito superior às proporções dos outros anéis e à média municipal de 33% em 2000.

A variável censitária refere-se unicamente à cor, auto-referenciada pelo entrevistado. Assim, seria prematuro falar-se em aspectos étnicos das desigualdades sócio-espaciais. Informações mais precisas sobre etnia seriam necessárias no reconhecimento da estigmatização de contingentes populacionais que, ao residirem em determinados locais, ao discriminados por uma combinação de fatores de classe e etnoraciais. (Wacquant,1993)

Mas pode-se perceber que existe um diferencial entre a renda média de brancos e não brancos, e que este diferencial subiu na década: em 1991, a renda média dos chefes brancos foi 61% maior que a dos chefes não brancos, percentual este que sobe para 74% no ano 2000. A renda média dos chefes não brancos diminui 3% na década, e dos chefes brancos aumentou quase 5% no mesmo período.

O percentual de chefes pobres – que ganham até 2 salários mínimos – aumentou tanto para chefes brancos como para não brancos, embora para estes o aumento foi maior que para aqueles (18% para os brancos e 24% para os não brancos). E o aumento da pobreza foi maior no anel periférico, tanto para brancos como para não brancos. No anel central, houve redução da proporção de pobres, tanto brancos como não brancos.

5. Origem e procedência dos chefes de domicílio

A comparação entre a procedência dos chefes de domicílio entre 1991 e 2000 não mostrou praticamente nenhuma diferença: para o total de chefes, tanto para 1991 como para 2000, cerca de 37% nasceram em São Paulo e sempre residiram aqui; pouco mais de 60% eram migrantes, e cerca de 2%, tendo nascido aqui, já moraram em outros municípios. Entre os migrantes, o percentual de nascidos em outros estados do Brasil fora São Paulo aumentou entre 1991 e 2000, e a proporção de nascidos no estrangeiro diminui na década.

Observando-se a migração interna, nota-se um aumento do peso da migração de nordestinos no município de São Paulo: a migração nordestina representava 44,43% do total de migrantes internos em 1991, e passa a representar 48,04% no ano 2000. Em termos absolutos, são mais de 200 mil oriundos do nordeste chegando no município entre 1991 e 2000, uma média de 24 mil migrantes anuais. A contribuição de nascidos na região norte também aumentou na década em quase 25 mil pessoas

Os maiores fluxos migratórios para o município de São Paulo são da Bahia (12,76% dos chefes migrantes não paulistas em 2000 e 22,75% em 1991), Minas Gerais (8,97% em 2000 e 20,88% em 1991), Pernambuco (7,88% em 2000 e 15,37% em 1991), Ceará (3,97% em 2000 e 7,88% em 1991), Paraíba (2,78% em 2000 e 5,20% em 1991), Alagoas (2,40% em 2000) e Piauí (1,57% em 2000 e 2,71% em 1991).

A distribuição dos chefes migrantes não paulistas se mantém razoavelmente estável entre 1991 e 2000 nos anéis central e intermediário. No anel interior, acentuam-se os oriundos do

Sudeste (28,13% em 1991 e 31,33% em 2000) e nos anéis exterior e periférico acentuam-se os nordestinos, com 3 pontos percentuais a mais em cada anel.

A migração internacional vem caindo no decorrer do século XX, após atingir seu ápice em 1920, quando 35,69% da população da cidade era estrangeira.

Veras (1999), no seu estudo sobre a imigração para São Paulo, traçou a seguinte periodização:

- Um primeiro período correspondendo ao intervalo entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Neste período inicia-se a industrialização de São Paulo e a chegada de grandes levas de migrantes europeus. “Em 1892, a Sociedade Promotora de Imigração informava que, dos 263.196 chegados a São Paulo, 77% eram italianos, 9,8% eram portugueses, 5,7% espanhóis e, menos representativos, alemães (2,4%), austríacos (1,6%) e ainda russo, franceses, dinamarqueses, belgas e outros.”(Veras, 1999:254). Dos italianos, “o maior contingente compunha-se de vênets”, região que forneceu 30% dos enviados ao Brasil entre 1870 e 1920 (Alvim,1986: 62, apud Veras, 1999). A migração italiana foi assim a predominante no município. Entre 1986 e 1901 houve um grande repatriamento, com forte percentual retornando à Itália. A migração italiana deixou marcas profundas na cidade, marcando fortemente alguns bairros, como o Brás, considerado, na década de 40 um território italiano.
- O segundo período corresponde o entre guerras, desde o final da Primeira Guerra Mundial até o final da Segunda, em 1945. Neste período o maior fluxo imigratório é o de japoneses, entre os estrangeiros. Na década de 40, a migração interna já aparece como importante. A política de industrialização promovida por Vargas estimula o êxodo rural e a concentração de indústrias no Sudeste. A migração japonesa inicia-se em 1980, com a chegada do Kasato Maru, primeiro navio com migrantes japoneses. “O deslocamento populacional japonês cresce a partir de 1924, impulsionado em função da política emigratória japonesa que passa a promover a emigração para o Brasil.” (Veras, 1999:259).
- O terceiro período vai de 1945 a 1980, quando São Paulo se metropoliza e se conurba com municípios vizinhos. Até esta data, o município crescia a taxas bastante altas (nos anos 70, a taxa anual de crescimento municipal foi de 3,66%) A migração era oriunda sobretudo dos estados do Nordeste.
- O quarto período, iniciando-se em 1980, vai mostrar uma reversão do saldo migratório. Entre 1980 e 1991, a taxa de crescimento municipal reduziu-se a 1,13% anuais, sendo que, pela primeira vez na história, São Paulo teve saldo migratório negativo, com média de 69 mil pessoas deixando o município por ano. Nos anos 90, tal tendência se manteve, com saldo menor: saída de uma média de 51 mil pessoas por ano. Em relação aos estrangeiros, nota-se o aumento de algumas nacionalidades, como chineses e coreanos, angolanos e bolivianos.

Em relação à migração internacional, tem-se que entre os migrantes nascidos na África, 51% vem do Egito e 18% de Angola. Vale a pena notar o aumento da imigração de angolenses: em 1991 representavam 9,49% dos africanos, e em 2000 esta proporção dobra.

Entre os oriundos da Ásia, a grande maioria é constituída de nascidos no Japão: 55,27% dos asiáticos em 1991 e 50,63% no ano 2000. Um grupo populacional que aumentou em números absolutos foi o de coreanos, que eram 10,25% dos migrantes da Ásia em 1991 e no ano 2000 passaram a ser 13,29%. Além dos coreanos, os nativos da China e de Taiwan também tiveram aumento em número absoluto. A proporção de chineses da China continental era de 8,07% em 1991, passando a 10,74% dos asiáticos em 2000. Os nativos de Taiwan aumentaram sua participação percentual de 2,23% em 1991 para 3,27% em 2000. Ainda da Ásia, libaneses e sírios parecem de forma significativa, mas com proporção em diminuição: os libaneses eram 13,29% em 1991, e passaram a 12,51% em 2000, e os sírios eram 4,22% em 1991, passando a 3,35% no ano 2000.

Para os nascidos na América, o maior percentual é representado pelos bolivianos, com 25,12% dos migrantes americanos, seguido pelos chilenos, com 20,29% e argentinos, com 19,77%, em 2000. Os nativos da Bolívia aumentaram 65% na década, sua participação percentual em 1991 era de 15,38 % dos migrantes americanos.

Para os chefes estrangeiros nascidos na Europa, os maiores contingentes são de oriundos de Portugal (52,54% dos europeus em 2000 e 51,84% em 1991), Itália (17,29% em 2000 e 16,85% em 1991), Espanha (11,44% em 2000 e 12,06% em 1991) e Alemanha (4,17% em 2000 e 4,52% em 1991).

A localização espacial dos migrantes, entretanto, tanto em 1991 como em 2000, difere por anel. Tanto em 1991 como em 2000, os migrantes residem preferencialmente nos anéis central e periférico; os paulistanos que já moraram noutra município estão em maior proporção no anel interior e os nativos que sempre moraram na cidade residem mais fortemente nos anéis interior e intermediário. Este padrão se conserva na década. A hipótese que se coloca é que os migrantes alocam-se no tecido urbano inicialmente nas áreas centrais, em cortiços, pensões e hotéis mais baratos; alguns, com o tempo, compraram terrenos e casas na periferia.

Procurou-se verificar se existe algum padrão de residência por origem do migrante. A análise por anéis não consegue discriminar bairros étnicos, mas indica algumas tendências, que depois poderão ser discriminadas. Como afirmou Park, “toda grande cidade tem suas colônias raciais (...) (p 582). São cidades dentro de cidades, cuja característica mais interessante é a de que são compostas por pessoas da mesma raça ou da mesma classe social (pp 582-3, Park, 1915, apud Eufrásio, 1999: 53). Na cidade de São Paulo, algumas colônias se construíram e reconstruíram durante o século XX: por exemplo, os judeus residiam preferencialmente no Bom Retiro, mais tarde ocupado por coreanos; os japoneses, na Liberdade e em Pinheiros; os italianos no Brás, alemães e americanos no Brooklin. Atualmente percebe-se a presença de latino americanos e africanos no centro da cidade, enquanto que migrantes internos ocupam a periferia.

A localização urbana preferencial dos chefes que moravam noutra país em 1995 foram os anéis central, interior e intermediário. Já entre os chefes que moravam em zona rural, tanto em São Paulo como noutra município, a residência atual foi o anel periférico.

Percebe-se que a migração de outros estados brasileiros tem maior peso em 2000 que em 1991. E, para as duas datas, a maior concentração de migrantes de outros estados brasileiros está na periferia: 83% dos migrantes do anel periférico são nascidos em outros estados em 1991, e 84,4% em 2000.

Os migrantes estrangeiros diminuíram em valor relativo e absoluto na década de 90: em 1991 eram 125.076 e em 2000, 104.084. Para as duas datas, seu maior peso relativo foi no anel interior. A presença de migrantes estrangeiros no anel periférico é reduzida.

Em 1991, havia 1.033.017 chefes migrantes de outros estados brasileiros que não São Paulo; este número sobe para 1.299.961 no ano 2000. Como já foi dito, entre eles predominam os oriundos da região nordeste: 63% em 2000 e 60% em 1991. A distribuição destes chefes migrantes pelos anéis não é uniforme: no anel periférico, tanto em 1991 como em 2000, havia uma nítida predominância de nordestinos.

Percebe-se, para o ano 2000, que os estrangeiros de origem europeia residem principalmente nos anéis intermediário e exterior; já os africanos e os de origem americana vão residir nos anéis central e interior. Os asiáticos estão nitidamente no anel central, com presença também, embora menor, no anel interior. Houve mudança no padrão de localização espacial na década: no anel central acentuou-se muito a presença dos asiáticos, que em 1991 representavam 27% dos estrangeiros no anel central, percentual que sobe para 57% no ano 2000. Neste mesmo anel central aumenta também a proporção de oriundos da América e da África (bolivianos e angolanos, principalmente). De outro lado, diminui fortemente a presença de europeus no anel central.

Como moradia atual no município, as diferentes nacionalidade asiáticas comportam-se de forma distinta: os chineses estão sobretudo no anéis central (31,14%), os coreanos no anel interior (50,21%), os japoneses nos anéis exterior e periférico (54,72%), os libaneses nos anéis interior e intermediário (48,94%).

Para os nascidos na América, o maior percentual é representado pelos bolivianos, com 25,12% dos migrantes americanos, seguido pelos chilenos, com 20,29% e argentinos, com 19,77%. A presença de bolivianos é forte nos anéis interior e exterior; já os argentinos moram preferencialmente nos anéis interior e intermediário e os chilenos nos anéis exterior e periférico.

No anel interior, aumenta também a proporção de americanos, africanos e asiáticos, embora com menor intensidade que no anel central. O peso relativo da migração europeia é menor em 2000 que em 1991. Os chefes europeus vão morar em 2000 sobretudo no anel exterior (36,85%) e intermediário (26,66%). Vale a pena notar que 30,54% dos alemães moram no anel periférico.

6. Escolaridade dos chefes de domicílio

Em relação à escolaridade dos chefes de domicílio, expressa em anos de estudo, o grupo modal em 1991 era o de 1 a 4 anos de estudo, que continua a ser a moda no ano 2000.

Percebe-se uma melhoria dos níveis de escolaridade: o percentual dos chefes com 12 anos e mais de escolaridade subiu de 16,72% em 1991 para 18,53% em 2000; de outro lado, as porcentagens de chefes sem nenhuma escolaridade desceram de quase 9% para 5,87% em 9 anos. A proporção de chefes com até 4 anos de escolaridade baixou entre 1991 e 2000 em mais de 11 pontos percentuais, enquanto que o percentual de chefes com maior escolaridade – acima de 9 anos – subiu quase 7 pontos percentuais no mesmo período.

A escolaridade é mais alta no anel interior, onde mais de 50% dos chefes apresentam 12 anos e mais de instrução formal. Na periferia, concentram-se os chefes com menor escolaridade: 7,82% sem nenhum ano de instrução formal no ano 2000. Mas, mesmo assim, houve melhoria neste aspecto no anel periférico: em 1991, 12,14% dos chefes no anel periférico não tinham nenhum ano de instrução, percentual que caiu para 5,87% em 2000. Apesar do incremento geral na escolaridade, o diferencial entre os chefes nos anéis de maior escolaridade (interior) e menor (periférico) aumentou ligeiramente entre 1991, quando no anel interior havia 6,67 vezes mais chefes com alta escolaridade no anel interior que no periférico, para 2000, quando esta relação sobe para 6,98. De outro lado, há 5,5 vezes menos chefes sem escolaridade no anel interior em relação ao periférico. A concentração de instrução aumentou na década, dado que o aumento de chefes com alto grau de instrução no anel interior foi de 22%, enquanto que no anel periférico foi de 15%. Assim, onde a proporção já era elevada houve maior aumento.

A associação percebida entre escolaridade e renda reafirma-se: a renda média dos chefes com nenhum ano de escolaridade é quase 7 vezes menor que a renda média dos chefes com 12 anos e mais de escolaridade tanto em 1991 como em 2000. A renda média cresce quanto maior for a escolaridade. Mas o que se nota na Tabela 17 é que este diferencial de renda não é o mesmo para os diversos anéis. Assim, no anel central, os chefes sem nenhum ano de escolaridade em 2000 tem renda média quase 2 vezes maior que no anel periférico; este diferencial era menor em 1991 (1,2).

É claro que existem outras variáveis associadas com renda, além da educação. Mas os dados apontam para a hipótese que a espacialização da moradia influencia a chance de auferir renda. No anel central há maiores e melhores chances de serviços e empregos para pessoas não qualificadas, o que se traduz nesta renda média de 4,53 salários mínimos para chefes sem instrução. O fato explica a permanência de trabalhadores em habitações coletivas no centro da cidade. Comparando-se as rendas para a mesma categoria de instrução, as médias do anel central são sempre mais altas que as do anel periférico. Mas vale a pena notar que em 1991 a renda média dos chefes sem instrução no anel central era menor que em 2000 (3,13 em 1991 e 4,53 em 2000), assim como a relação entre esta renda média no anel central e no periférico era distinta (1,93 em 2000 e 1,18 em 1991). Este aumento de diferencial pode estar indicando que em 2000 a possibilidade de ganho de pessoas sem instrução no anel central aumentou, o que vem de encontro ao aumento de oportunidades de emprego informal no centro da cidade.

Já para os níveis mais altos de instrução, as maiores médias estão nos anéis interior e intermediário, onde se concentram os chefes mais ricos. É provável que rede de relações vigorando entre elites reafirmem, de modo circular, estas mesmas elites. Morar na periferia traduz-se em menores chances de ganhos, além de maior tempo de locomoção. Para o pobre

sem instrução, o centro sem dúvida apresenta inúmeras vantagens, que se acentuaram ainda mais em 2000.

A situação dos chefes mais velhos, de 60 anos e mais, é bem mais precária em termos da escolaridade: para os chefes entre 15 e 44 anos, o percentual dos que não tem nenhum ano de escolaridade é de 3,13%; esta porcentagem aumenta para os chefes entre 45 e 54 anos (5,91%) e atinge 13,34% para os chefes com 60 anos e mais. A associação entre faixa etária e escolaridade é, assim, bastante nítida, mostrando como a escolaridade tem melhorado com o tempo, apesar de todas as crises. A situação por anel, entretanto, é alarmante: no anel periférico quase $\frac{1}{4}$ dos chefes idosos nunca freqüentou escola. Houve melhoria em relação à 1991, quando 34% dos chefes idosos não tinham nenhum ano de escolaridade. De outro lado, percebe-se que diminui mais de 5 pontos percentuais a proporção total de chefes sem escolaridade e aumentou mais de 2 pontos percentuais o percentual de chefes com alta escolaridade.

A variável cor influi também na escolaridade: o número médio de anos de escolaridade para os chefes brancos é 36% maior que os chefes pretos. Entre os brancos, o percentual de chefes com nenhum ano de escolaridade foi de 4,45% no ano 2000, e entre os não brancos, de 8,89%. Assim, a porcentagem de chefes com nenhuma escolaridade é o dobro entre os não brancos. Para os maiores níveis de escolaridade – 12 anos e mais, há 35% a mais de chefes brancos (23,69% para os brancos e 8,24% para os não brancos).

A diferença de escolaridade entre brancos e não brancos apresenta uma variação estável por anel, diferentemente da estrutura etária, onde no anel periférico as diferenças são marcantes, e da renda, mais alta para níveis baixos de escolaridade nos anéis mais centrais.

7. Renda dos chefes

O percentual de chefes com renda de até 2 salários mínimos diminui entre 1991 e 2000: em 1991, esta proporção era de 20,06% do total de chefes, e no ano 2000 diminui para 15,77%. Estas porcentagens correspondiam a 489 mil chefes em 1991 e 422 mil no ano 2000. No município de São Paulo, assim, continuam a existir quase meio milhão de chefes muito pobres. As rendas médias por anel mostraram incrementos diferenciados: no anel mais rico, o anel interior, a renda média teve aumento de 20,66% no período; no anel mais pobre, o anel periférico, a renda média diminuiu 8,32%. De acordo com os dados censitários, o aumento da renda média no período 1991-2000 foi de 1,41%.

A renda está fortemente associada à migração. Assim, chefes que sempre moraram em São Paulo têm renda média de 8,54 salários mínimos em 2000, enquanto que os não nativos apresentam renda média de 6,28 salários mínimos. A média mais alta foi a dos chefes nascidos no município de São Paulo, mas que já moraram noutro município: 9,96 salários mínimos.

A associação renda – migração é presente também para a migração inter-estadual: os chefes migrantes nascidos no estado de São Paulo têm renda média maior que os migrantes não paulistas: 8,93 e 5,50 salários mínimos em 2000, respectivamente.

8. Domicílios

a) Tipo de Domicílio

Considerando o conjunto da cidade de São Paulo predominam as casas isoladas, representando 73,47% do total de domicílios. Já no que diz respeito aos apartamentos, cujo percentual atingiu 25,16% - contra 17,70% para 1991 - seu aumento ocorreu em todos os anéis, tendo se verificado maior incremento nos anéis exterior e periférico. No caso dos distritos da periferia esse incremento deveu-se não só à construção de conjuntos populares, como ao surgimento de pequenos empreendimentos imobiliários voltados à população de renda média empobrecida. A verticalização central torna-se ainda mais evidente, sendo que a proporção de domicílios em apartamentos no anel central atinge 89,27% no ano 2000, quando era 84,31% em 1991. Aumentou a verticalização em todo o tecido urbano municipal, mas vale a pena notar que na periferia o número de apartamentos subiu mais de 400% na década, mudando bastante o “skyline” da cidade.

O percentual médio de domicílios vagos, para o país como um todo, para o Sudeste e para o Estado de São Paulo, foi da ordem de 15%. Computa-se entre os vagos os domicílios de veraneio. Assim a interpretação deste indicador é viesada. Mas, tanto na Grande São Paulo, como na capital, os percentuais de domicílios vagos são da ordem de 10% (465 mil na metrópole e 304 mil na capital, em 2000). Na capital a porcentagem de unidades de veraneio não deve ser expressiva. Estes domicílios vagos, assim, são parte de um parque imobiliário a estudar para um reaproveitamento.

Uma outra variável que pode ser analisada a partir dos dados dos Censos Demográficos refere-se aos domicílios favelados. Embora a definição de favela utilizada pelos Censos Demográficos exclua da contagem aglomerados com menos de 50 unidades, a dado coletado, embora provavelmente subestimado, é comparável historicamente e fornece indicação do ritmo de crescimento de fenômeno.

Percebe-se que o percentual da população paulistana morando em favelas é crescente. Entre 1980 e 2000, a população favelada de São Paulo cresceu a uma taxa de 5,12% anuais, enquanto que a população municipal, para o mesmo período, cresceu a taxa de 1,07% ao ano. E, da mesma forma que a população municipal, a população favelada cresceu sobretudo na periferia.

O dado de um aumento relativo de favela no anel interior nos últimos anos pode parecer paradoxal, mas o que se tem percebido confere com o dado estatístico: inúmeros terrenos vagos, ao lado de estradas de ferro e viadutos, no centro expandido, têm apresentado favelas novas ultimamente.

Resumindo, em relação ao tipo de domicílio tem-se:

- intensa verticalização central
- aumento de favelas e sua periferização
- aumento da verticalização na periferia
- conjuntos populares na periferia
- número expressivo de domicílios dados como vagos

b) Condição de Propriedade

Percebe-se o crescimento da proporção de casas próprias. Na capital, a proporção de casas alugadas em 1950 e 1970 era, respectivamente, 58,0% e 38,2%. A casa ser própria, entretanto, não significa melhor qualidade, ou renda maior. Pelo contrário: na periferia pobre e nas favelas as casas próprias são o dominante. O percentual de unidades cedidas se mantém, com leve tendência decrescente.

Observando-se as casas próprias, é visível a diminuição de propriedades ainda não totalmente quitadas. Provavelmente, problemas atuais devido à falta de uma política habitacional mais eficaz.

Quanto à situação de propriedade, os imóveis próprios tiveram um maior incremento percentual, ao longo do período. Percebe-se que o maior percentual de casas próprias está no anel periférico, onde o tripé casa própria- autoconstrução – loteamento clandestino ainda marca o espaço. De fato, em 2000, cerca de 70% das residências no município eram constituídas de domicílios próprios, tendo havido um ligeiro aumento em relação a 1991, observado em todas as áreas da cidade. Nas áreas centrais, esse aumento pode ter sido resultado de programas de recuperação de imóveis desocupados, que atraíram residentes de outras áreas da cidade. No que diz respeito à distribuição espacial dos imóveis alugados, sua presença, independente do número de cômodos, é significativamente menor no anel periférico, sendo nítida sua concentração no anel central da cidade (39,07% do total de domicílios em 2000). Entretanto, seu número diminuiu no período 1991-2000, passando de 28,29% para 20,91 % do total do estoque habitacional do município, acentuando uma tendência decrescente já presente a partir de 1980. O percentual de domicílios na categoria “outra condição”, em geral cedidos por empregador ou conhecido, sobe mais de 2 pontos percentuais entre 1991 e 2000 no anel periférico, indicando uma piora das condições de moradia.

Um dos aspectos perversos do inquilinato é o aluguel de cômodos em cortiços, habitações precárias sem condições sanitárias e congestionadas. Pelos dados dos Censos Demográficos, é difícil perceber a superlotação de forma precisa, nem tampouco a multiplicidade de funções no mesmo quarto. Mas estimativas grosseiras de cortiço podem ser feitas através das variáveis aluguel e cômodo único (como o Censo considera cômodo inclusive cozinha e banheiro, e é pouco provável alguém morar no banheiro, pode-se supor que domicílio alugado com cômodo único utilize banheiro comum, característica própria do cortiço stritu-sensu).

Em 1970, 5,60% dos domicílios alugados possuíam apenas 1 cômodo; esta percentagem sobe para 8,48% em 1980 e reduz-se para 3,81% em 1991. No ano 2000, esta redução é ainda mais forte, sendo que a percentagem de domicílios alugados com um único cômodo foi de 1,29% do total de casas alugadas. Mas nota-se sua presença mais significativa nos anéis central e interior, onde atinge mais de 3% das unidades alugadas.

As maiores proporções de casa própria aparecem nas faixas extremas: as muito baixas, com até 1 salário mínimo, e as mais altas, de mais de 20 salários mínimos. Tanto os muito pobres vão ter moradias próprias – autoconstrução, invasão, como os ricos conseguem capital para investir na casa própria. Chama a atenção que o percentual de moradias com outra condição de propriedade que não própria ou alugada (os diversos tipos de moradia cedida) tenham crescido entre 1991 e 2000, sobretudo nas faixas de renda mais baixas, de até 5 salários mínimos. Estas formas de apropriação ligam-se, certamente, à menor renda disponível e à menor oferta de moradias nos mercados formais de compra e locação.

A renda média dos chefes moradores em casas próprias é maior que a dos moradores de aluguel e em outra situação, tanto em 1991 como em 2000. O diferencial de renda média entre chefes de casas próprias e alugadas, entretanto, diminuiu entre 1991 e 2000 (de 1,38 salários mínimos para 0,89 salários mínimos). Isto mostra que a moradia de aluguel está atendendo a chefes de um poder aquisitivo relativamente melhor, enquanto que mais chefes pobres moram em unidades próprias, provavelmente precárias e/ou faveladas.

c) Densidade Habitacional

Para estudo da densidade habitacional, os indicadores mais utilizados têm sido o número de cômodos no domicílio, o número de pessoas por cômodo, o número de cômodos usados como dormitório e o número de pessoas por dormitório. No caso do município de São Paulo, tem sido observada uma tendência à diminuição da densidade domiciliar, passando-se de 4,7 pessoas por domicílio, em 1940, para 3,9 em 1991 e 3,5 pessoas por domicílio em 2000.

Em termos gerais a taxa de crescimento dos domicílios foi, no município de São Paulo, quase o dobro da taxa de crescimento populacional entre 1980 e 2000. Além disso, a média de moradores por domicílio diminuiu nesse mesmo período, passando de 4,12 em 1980 para 3,50 pessoas por domicílio. Essas médias também foram diferentes para cada um dos anéis, localizando os domicílios mais congestionados nas áreas periféricas, onde a média de pessoas residentes por unidade habitacional é de 3,75. É importante apontar, no entanto, que o número médio de moradores por domicílio decresceu em todos os anéis, ao longo dos últimos vinte anos.

Ainda no que se refere à densidade habitacional, tem sido classicamente considerado que um domicílio com espaço indispensável deve possuir, no mínimo, quatro cômodos (sala, quarto, cozinha e banheiro), o que é indicativo da situação insatisfatória de grande parte do estoque habitacional do município de São Paulo, em termos do congestionamento. Por este critério, 21,79% das moradias na cidade seriam consideradas congestionadas. O percentual de casas com menos de 4 cômodos é maior no anel periférico, onde quase 22% das unidades residenciais seriam congestionadas.

Considerando-se o numero de pessoas por dormitório, é ainda elevado em grande parte da cidade, com destaque para os anéis exterior e, sobretudo, periférico. Esta forma de mensurar o congestionamento, mais apurada que a anterior, considera congestionado o domicílio com mais de 2 pessoas por dormitório. Para o município como um todo, o percentual de domicílios com mais de 2 pessoas por dormitório alcançou 30,48% do total, com uma melhoria em relação à 1991, que apresentava percentual de 36,78%. O congestionamento é maior no anel periférico, onde cerca de 40% dos domicílios apresentam um numero superior a duas pessoas por dormitório.

9. Infra-estrutura e serviços públicos

A distribuição e as condições de acesso aos serviços públicos e de saneamento básico para o município de São Paulo são as melhores se considerarmos o conjunto dos municípios da região metropolitana. Ainda assim, havia em 2000 cerca de 1% de domicílios sem instalações sanitárias na propriedade (casa ou terreno, cerca de 1,5% do total de habitações).

Uma das variáveis que mais diferencia o padrão das unidades residenciais refere-se ao número de banheiros por domicílio. Entende-se por banheiro o compartimento com sanitário, pia e ducha. Para o município como um todo, em 2000, a média de banheiros por domicílio foi 1,45. Esta média chega a 2,05 no anel central e desce a 1,24 para as unidades habitacionais no anel periférico, sendo menor á medida que se segue em direção da periferia. A moda estatística para o município foi de casas com 1 banheiro (67,67%), e 20,18% das unidades habitacionais tem 2 banheiros. No anel interior, mais de 62% das moradias tem 2 banheiros ou mais.

No que diz respeito ao destino dos dejetos, nota-se uma pequena piora relativa na cobertura dos domicílios do município: em 1991 existiam 91,10% de unidades servidas pela rede pública de esgotos, percentual que cai para 87,84% no ano 2000. Nota-se que a piora localizou-se em todos os anéis, menos na anel central. Provavelmente ela pode ser atribuída ao incremento de unidades faveladas, nos anéis interior e intermediário, e ao menor investimento em saneamento básico na década de 90. Assim, no anel periférico, onde a cobertura chegava a 84% em 1991, agora reduziu-se a 79% das moradias.

10. Bens de Consumo Individual

As indagações sobre bens de consumo duráveis têm variado bastante cronologicamente, seguindo hábitos e melhoria do padrão de vida. Objetos industrializados têm sido incorporados à vida das pessoas. Se, quando surgem, costumam ser bastante caros, o progresso industrial vai transformando estes utensílios em objetos de desejo cada vez mais acessíveis. De outro lado, transformações no modo de vida causam obsolescência de aparelhos eletrodomésticos anteriormente usuais, como enceradeira e TV branco e preto. Outros aparelhos disseminam-se de tal modo que já em nada discriminam os domicílios, dado que todos os têm, como ferro de passar e aspirador de pó.

Chama a atenção que mais de ¼ dos domicílios do município de São Paulo já tinham computador, no ano 2000. Tanto geladeira como televisão mostram-se equipamentos praticamente universais. No Brasil, em 2000, 87% dos domicílios possuíam TV, assim com 94% do Sudeste e 95% do Estado de São Paulo e 97% do município. Já em 1991 a presença de TV a cores era difundida no município, com mais de 70% das moradias possuindo este bem. A penetração da televisão como veículo de lazer e informação é impressionante. Para o município, a maioria das casas utilizam mais de 1 aparelho de televisão por domicílio, tanto que a média de TVs é de 1,80 por moradia. Na capital, 43,4% das casas apresentam uma TV, 34,% possuem dois aparelhos e 20%, mas de dois. A presença da televisão nas moradias paulistanas, muitas vezes uma em cada cômodo, modifica as formas de morar.

Em 1980 e 1991, a presença da telefonia fixa era ainda pequena, com 28% e 32% dos domicílios com linha telefônica, respectivamente. No ano 2000, mais de 67% das casas já tinham telefone fixo. Sem falar no celular, que deu enorme impulso a este tipo de comunicação.

A distribuição da posse dos bens duráveis não é uniforme por anel, já que os padrões locais associam-se fortemente ao nível de renda.

A maior diferença entre 1991 e 2000 está no percentual de domicílios com telefonia fixa no anel periférico: em 1991, apenas 15% das casas na periferia tinham telefone fixo; esta proporção sobe para 52% no ano 2000.

O automóvel se populariza: Para quase 3 milhões de domicílios, quase 2 milhões de automóveis, fornecendo uma média de 0,67 autos por domicílio. As médias são mais altas nos anéis interior (1,07), intermediário (0,98) e exterior (0,71). Mas mesmo no anel mais pobre – o periférico – há, em média, um auto para cada 2 casas. Quase 50% dos domicílios paulistanos tem pelo menos 1 automóvel, proporção maior que em 1991, quando apenas 42% das casas tinham auto. No anel interior, este percentual chega a 70%, descendo no anel central (40%) e no anel periférico (39%). Mesmo no anel periférico a proporção de casas com auto era de 39%.

11. Síntese

Algumas constatações podem ser enfatizadas sobre o município de São Paulo.

Em relação aos aspectos demográficos, nota-se:

- O crescimento da população municipal está diminuindo em relação às décadas passadas, mas continua periférico. A população do anel periférico em 2000 representa 47% da população total da cidade, enquanto que em 1991 representava 40%. O incremento populacional no anel periférico foi de mais de 1 milhão de pessoas na década de 90, mais de 100% do incremento total, de 825 mil. Os anéis centrais perdem residentes (os 3 anéis centrais perderam mais de 265 mil moradores na década);
- O saldo migratório continua negativo, com saída anual de 51 mil pessoas da capital;

- A população paulistana está envelhecendo: o percentual de idosos passou de 6% em 1970 para 9,3% no ano 2000. E a espacialização da estrutura etária é nítida: a maior proporção de jovens está na periferia;
- A proporção de mulheres chefes de família aumentou de 20% em 1991 para 29% em 2000. A chefia feminina é mais freqüente no anel central. Mas, nota-se que em todos os anéis, a renda média do chefe mulher é menor que a do chefe homem, embora esta diferença tenha diminuído entre 1991 e 2000;
- A proporção de não brancos entre os chefes de domicílio aumentou entre 1991 e 2000, de 19,3% para 20,7%. E a proporção de não brancos é maior no anel periférico. Comparando-se a renda dos chefes brancos com a renda dos não brancos, percebe-se que a dos brancos era maior em 1991 e continua maior em 2000. Além disso, o diferencial entre a renda dos brancos e não brancos aumentou na década: a renda média dos chefes não brancos diminuiu 3% nos anos 90, e a dos chefes brancos aumentou quase 5% no mesmo período;
- Entre os chefes migrantes, a proporção de nascidos em outros estados da federação aumentou de 68% para 71% do total de migrantes. A taxa de crescimento anual entre 1991 e 2000 para os migrantes de outros estados foi de 2,60%, bem superior à taxa global, de 0,92%. De outro lado, diminuiu a proporção de nascidos no estado de São Paulo e no estrangeiro; a migração de nordestinos aumentou de forma significativa, tendo chegado mais de 200 mil nordestinos no período, média de 24 mil por ano. A espacialização destes migrantes nacionais no território da cidade mostra que os migrantes de outros estados residem sobretudo no anel periférico e os paulistas, nos anéis interior e intermediário;
- A migração estrangeira diminuiu, com total de migrantes inferior a 1991. O perfil dessa migração também mudou: nota-se aumento de coreanos, chineses, angolanos e bolivianos. A localização destes migrantes estrangeiros no tecido urbano mostra localização preferencial dos migrantes de origem americana (bolivianos e chilenos) no anel central. Os asiáticos nascidos na Coreia dividem-se entre os anéis central e interior os chineses ficam no anel central. Os migrantes da África, onde a grande maioria são angolanos, também se localizam de preferência no anel central.

Em relação aos aspectos sócio-econômicos, tem-se:

- Houve uma melhoria do nível de escolaridade dos chefes de família entre 1991 e 2000: o percentual de chefes com 12 anos e mais de escolaridade subiu de 16,72% em 1991 para 18,53% em 2000; de outro lado, as porcentagens de chefes sem nenhuma escolaridade desceram de 9% para 5,8% no período. A escolaridade é mais alta no anel interior. Na periferia, concentram-se os chefes com menor escolaridade. E o aumento de escolaridade entre 1991 e 2000 foi maior no anel interior, acentuando a concentração de chefes com instrução formal neste anel interior;
- Há forte associação entre renda e escolaridade: tanto em 1991 como em 2000, a renda média dos chefes sem nenhuma escolaridade é 7 vezes menor que a dos chefes com 12 anos e mais. Mas o diferencial de renda entre os mais e os menos escolarizados varia por anel: em 2000, os chefes sem nenhum ano de escolaridade que residem no anel central tem renda média 2 vezes maior que os que moram no

anel periférico. No anel central existem oportunidades de emprego e renda para pessoas com menor qualificação que são específicas do centro urbano;

- A situação dos chefes idosos que residem no anel periférico é alarmante: $\frac{1}{4}$ deles não tem nenhum ano de escolaridade; A situação em 1991 era ainda pior, com 34% de chefes da periferia sem escolaridade;
- O número médio de anos de escolaridade é maior entre os brancos que entre os não brancos; não houve diferença significativa por anel.;
- A proporção de chefes muito pobres (com renda até 2 salários mínimos) diminuiu entre 1991 e 2000. Mesmo assim, são 422 mil chefes pobres no ano 2000, localizados principalmente no anel periférico; a renda média aumentou ligeiramente no período (1,41%)
- A renda média dos chefes residentes no anel interior – o mais rico- subiu 21% entre 1991 e 2000; já a renda média no anel periférico – o mais pobre- diminuiu 8%. Assim, onde a renda era maior, tornou-se ainda mais alta; onde era menor, sofreu redução. Estes dados atestam a concentração de renda na década, no município;
- A renda associa-se fortemente à migração. A renda média em 2000 para chefes que sempre moraram em São Paulo foi de 8,54 salários mínimos e para os chefes migrantes, 6,28 salários mínimos. Esta associação se mantém entre os migrantes, de acordo com sua origem: chefes migrantes do estado de São Paulo têm renda maior que os nascidos em outros estados.

Em relação ao quadro domiciliar pode-se ver:

- Aumento da verticalização no município. Embora os prédios de apartamentos encontram-se com maior frequência nos anéis central e interior, foi no periférico onde o número de apartamentos subiu mais de 400% na década;
- O número de domicílios vagos para a capital foi da ordem de 300 mil no ano 2000;
- Os dados censitários mostram um aumento da população favelada no município. No ano 2000 ela seria 910 mil pessoas, 8,72% da população municipal. A maior taxa de crescimento da população favelada na década foi no anel periférico;
- Diminuiu a proporção de domicílios alugados: em 1980 representavam 37% do total, em 1991, 28% e em 2000, 21%. Esta diminuição se dá em todos os anéis. A maior proporção de casas próprias está no anel periférico;
- Uma estimativa grosseira de cortiços *stritu sensu* pode ser feita contabilizando-se os imóveis alugados com cômodo único: em 1970, 5,60% dos domicílios alugados possuíam apenas 1 cômodo; esta porcentagem sobe para 8,48% em 1980 e reduz-se para 3,81% em 1991. No ano 2000, a redução acentua-se, com 1,29% dos domicílios alugados com apenas 1 cômodo; A presença deste tipo de casa é maior nos anéis central e interior. É claro que este fato pode estar ligado tanto à diminuição dos cortiços, como a maior existência de unidades encortiçadas com mais de 1 cômodo;
- Não há associação entre renda e propriedade domiciliar. A proporção de moradias próprias aparece fortemente nas faixas extremas, tanto nos mais ricos, com mais de 20 salários mínimos, como entre os mais pobres, com até 1 salário mínimo. Este fato liga-se à moradia em favelas e casas autoconstruídas, na maioria próprias;

- A renda média dos chefes em casas próprias é maior que a dos que moram em aluguel, tanto em 1991 como em 2000. Mas esta média desceu 1% entre os proprietários e subiu 3% entre os locatários, no período. A maior perda de renda média foi entre os proprietários na periferia, o que embasa a hipótese de maior favelamento e precariedade neste anel;
- Em relação à densidade, o número de pessoas por domicílio está diminuindo em todos os anéis. A média de pessoas por domicílio em 2000 foi de 3,50;
- A proporção de casas com número de cômodos insuficiente (3 e menos) diminuiu entre 1994 (24% do total de moradias) e 2000 (21,8%). Indicadores mais refinados, como pessoas por cômodo e pessoas por dormitório, mostram que 9% dos domicílios apresentam mais de 1,5 pessoas por cômodo e 30% mais de 2 pessoas por dormitório. Estes percentuais diminuíram entre 1991 e 2000. Cerca de 40% das casas na periferia tem mais de 2 pessoas por dormitório.

Em relação à infra-estrutura sanitária:

- A energia elétrica é praticamente universal nos domicílios da capital;
- 97,4% das casas paulistanas estão ligadas à rede pública de água, com canalização interna. Esta proporção diminuiu ligeiramente no anel periférico, onde 96% das unidades residenciais estão conectadas à rede pública. Estar conectado não garante fornecimento constante de água, mas é condição indispensável para tal;
- houve expressiva melhoria dos serviços de saneamento, em 1991 cobrindo 91% das residências e em 2000, 99%;
- a coleta de lixo é geral, por todo o tecido urbano;
- o número médio de banheiros por domicílio foi de 1,45 no ano 2000. Esta média não se distribuiu uniformemente por anel: chega a 2,05 no anel central e desce para 1,24 no periférico. Para o município como um todo, 20% das casas tem 2 banheiros. No anel interior, 62% das unidades tem 2 banheiros e mais.

Em relação aos bens de consumo:

- A geladeira e a televisão são os eletrodomésticos mais frequentes em toda a área do município: em 2000, apenas 2,56% das casas não tinham geladeira, e 2,61% não tinham televisão. Mesmo no anel periférico – o mais pobre – o percentual de casas sem TV não alcançava 4%;
- Uma grande transformação deu-se na década em relação à telefonia fixa: se, em 1991, apenas 35% das casas tinham telefone fixo, esta proporção sobe para 67% no ano 2000.
- O percentual de domicílios com pelo menos 1 automóvel subiu de 42% para 49%.
- Existem micro computadores em 25% dos domicílios de São Paulo. Mesmo no anel periférico 14% das casas tinham computador.

12. Considerações finais

Os debates acerca da desigualdade e da segregação sócio-espacial nas grandes metrópoles poucas vezes explicitam com clareza os efeitos que a reestruturação produtiva têm provocado sobre as cidades e os seus habitantes. A existência de novos padrões de segregação urbana nem sempre é apontada como a expressão das profundas desigualdades que se instalaram nas grandes cidades, demarcando os espaços da pobreza em oposição àqueles destinados às moradias de luxo e ao consumo sofisticado das camadas sociais de alta renda.

A Escola de Chicago, considerada como origem da sociologia americana, observa que os moradores da cidade são diferentes e independentes. Independem uns dos outros na sua luta para uma posição social e localização conveniente na cidade. O espaço que distintos grupos consideram adequado, e a capacidade destes grupos de residirem neste espaço vão depender das características de cada grupo, o que resulta que pessoas com características semelhantes ocupam espaços similares, resultando naquilo que costuma se chamar “segregação ecológica”. Esta segregação, como observa Villaça (2001) pode ser voluntária ou involuntária, mas ocorre em todas as sociedades de classes. Villaça considera a segregação social como um processo de dominação, pelo qual as camadas superiores controlam a produção da terra urbana. Concorda com Castells (1978) que a segregação social seria expressão da luta de classes, onde os grupos de renda superior tentam apropriar-se de uma porção desproporcional do espaço urbano.

Villaça, no seu livro Espaço Intra- Urbano no Brasil (1998:142), comenta que há segregações das mais variadas naturezas nas metrópoles brasileiras, principalmente de classe e de etnias ou nacionalidades. A segregação por classe domina a estrutura das nossas cidades. Tal como entende Villaça, a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões ou conjuntos de bairros da metrópole. Referindo-se à concentração de uma classe no espaço urbano, a segregação na impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço. Não existe presença exclusiva das camadas de alta renda em nenhuma região, embora exista presença exclusiva de camadas de baixa renda. O importante é que o setor segregado detenha uma grande parte- talvez a maior – de uma dada classe. O que determina, em uma região, a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais que em qualquer outra região da metrópole. Para Castells (1978) a “segregação é a tendência a organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e forte disparidade externa, disparidade esta não só em termos de diferença, como de hierarquia”.

Este artigo apresenta alguns resultados de uma pesquisa em andamento, que analisa a estrutura sócio - espacial da metrópole paulista e sua dinâmica, tentando verificar possíveis impactos da globalização na segregação residencial. Sua metodologia ultrapassa a simples análise por anéis, aqui exposta. Mas esta simplificação por anéis fornece uma visão geral da estrutura do município e sua dinâmica, através da comparação entre 1991 e 2000.

Teresa Caldeira (2000: 211) coloca que “ao longo do século XX, a segregação social teve pelo menos três formas diferentes de expressão no espaço urbano de São Paulo. A primeira estendeu-se do final do século XIX até o final dos anos 40 e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena

e estavam segregados por tipos de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais, com boa infra-estrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Embora os moradores e cientistas sociais ainda concebam e discutam a cidade em termos do segundo padrão, uma terceira forma vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de ‘enclaves fortificados’, Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres, os “marginalizados” e os sem-teto.”

Queiroz Ribeiro (2003) comenta que a literatura internacional sobre os impactos da globalização nas grandes cidades tem enfatizado o aumento da segregação residencial. A difusão de idéias liberais mudou modelos de políticas públicas, privatizando serviços e assim aumentando a desigualdade de acesso a equipamentos públicos. Este mesmo ideário concorreu para uma liberalização da intervenção no mercado de terras e de moradia, reforçando a desigualdade também na organização do espaço urbano. Além destes dois itens, a globalização tem contribuído para transformações na base produtiva das cidades, com tendências à dualização social, e aumento de distância entre a renda média dos estratos superiores e a dos inferiores. Segundo este autor, isso colabora para o surgimento de bairros exclusivos das camadas superiores, ao mesmo tempo que as camadas médias e as inferiores são deslocadas para outros bairros, diminuindo o grau de mistura social das cidades.

Sabatini (1999), tal como Caldeira o fez para São Paulo, indica, para Santiago do Chile uma mudança dos padrões de segregação residencial, de uma grande escala para a micro-escala, ou seja, do modelo centro-periferia para um modelo “fractal”.

Torres e al (2003) colocam que se supunha que a configuração urbana geral fosse radial – concêntrica, com declínio do valor da terra, das atividades econômicas e das condições de vida a partir do centro em direção à periferia, com o centro rico contrastando fortemente com a periferia pobre.

Entretanto, estes autores questionam essas características de homogeneidade e localização das periferias, colocando que:

- “o surgimento de vários novos empreendimentos urbanos fechados na zona oeste da Região Metropolitana, tradicionalmente ocupada pelos pobres (Caldeira, 2000); com isso, desfaz-se a geometria radial- concêntrica e ocorre um aumento significativo da heterogeneidade social nessa região, embora a ocupação desses condomínios tenda a produzir enclaves sem quase nenhum contato entre grupos sociais;

- um processo de disseminação da pobreza e de pobres por toda a cidade, que levou ao desenvolvimento de uma nova onda de favelas, marcada por múltiplas invasões de porções muito pequenas de terra não ocupadas pela urbanização, tais como pequenos espaços entre pontes e margens de rios ou linhas férreas;
- um novo fator de mudança gerado pelo Estado, que se tornou cada vez mais presente nas periferias, levando a um significativo aumento de vários indicadores sociais, especialmente os relacionados ao acesso a serviços públicos (...)” (Torres et al, 2003:3).

Segundo os autores, estes processos contribuíram para a diferenciação dos grupos sociais urbanos pobres e seus territórios, tornando periferias mais heterogêneas. Os indicadores sanitários, como água e coleta de lixo, são praticamente universais na cidade de São Paulo. Entretanto, embora exista o acesso ao serviço, ele está bastante longe de ter qualidade satisfatória: não raro a pressão da água não é suficiente para que ela atinja a caixa, as obras foram mal feitas e se deterioram, a manutenção é deficiente.

O menor preço do solo possibilita a aquisição da casa própria. Assim, camadas médias “empurradas” para áreas distantes do centro ou já na periferia têm procurado se abrigar em condomínios murados, horizontais ou verticais, uma vez que a proximidade físico/espacial das chamadas “classes perigosas” torna necessário recorrer a modelos de habitação antes restritos às áreas residenciais de luxo. Esses novos espaços da periferia também segregam e excluem, limitando as formas de sociabilidade que seriam, por excelência, atributos de uma cidade.

Os dados do presente trabalho confirmam que a população moradora das periferias ainda apresenta níveis de renda e de escolaridade mais baixos que as populações das áreas mais centrais. Grupos mais ricos estão altamente concentrados no anel interior. As favelas – locus de pobreza- também localizam-se principalmente na periferia, no município de São Paulo. Entretanto, percebe-se que a variabilidade da renda no anel periférico em 2000 é maior que em 1991, atestando uma crescente heterogeneidade da periferia. No ano 2000, o anel periférico apresentava renda média do responsável pelo domicílio menor que em 1991, e com maior variabilidade. De outro lado, nos anéis central, interior e intermediário a variabilidade da renda do chefe diminuiu na década: a população de chefes é mais homogênea segundo a renda, e têm renda media maior.

Em relação à escolaridade do responsável, ela sobe no ano 2000, e torna-se mais homogênea, diferentemente da renda, cuja heterogeneidade aumenta. Esta menor variabilidade vai acontecer em todos os anéis, entre 1991 e 2000. Observa-se, entretanto, que tanto em 1991 como em 200, o coeficiente de variação dos anos de escolaridade do chefe é maior nos anéis mais distantes do centro. Nas periferias existe menor homogeneidade também em relação à educação. Mas a variabilidade da renda é maior que a da escolaridade. O padrão radio concêntrico é mais atuante na educação que na renda.

Torres e al (2003: 14) sugerem “que o modelo centro – periferia não seria suficiente para explicar os diferentes contextos da periferia”. Embora como padrão geral nós acreditamos

que o modelo centro periferia ainda retrata a cidade, não se pode negar a diversidade de grupos sociais em muitos pontos do espaço urbano, tanto nas zonas ricas do centro expandido, onde convivem mansões e favelas (Morumbi e Vila Andrade, por exemplo), como nas áreas mais periféricas, onde camadas de renda média baixa conseguiram obter casa própria, não raro em pequenos loteamentos e agrupamento de prédios. Basta lembrar a incrível verticalização do anel periférico. A auto segregação das camadas mais ricas parece também estar se dando, já que o coeficiente de variação da renda no anel interior diminuiu 14% na década, enquanto o coeficiente de variação da renda média total aumentou 26% no mesmo período. O anel interior ficou mais homoganeamente rico entre 1991 e 2000.

O espaço urbano se organiza segundo o sistema de distâncias dos grupos sociais. Esta relação, entretanto, não é totalmente homogênea. Assim, no interior dos espaços superiores vão existir territórios populares. E nos populares podem ser encontradas pessoas mais abonadas. E o que se nota, nesta visão sumarizada da cidade, é a heterogeneidade social é bastante grande, e subiu na periferia. Camadas médias estão residindo cada vez mais nos anéis exterior e periférico. A antiga forma dominante de obtenção de moradia – o tripé loteamento periférico, casa própria, auto construção - já não atua com a mesma intensidade dos anos 50 e 60. Aumentam as favelas, inclusive nos interstícios de zonas mais ricas. A periferia se verticaliza e aumenta sua heterogeneidade social. O artigo anterior - A cidade dos anéis – parafraseava Dante, colocando que “embora o município assemelhe-se mais a um diabólico drama que a uma divina comédia, tanto no inferno como em São Paulo cada círculo tem sua própria personalidade”. No ano 2000, a cidade muda, com antigos perfis em dissolução.

Bibliografia

BALTAR, P (2002) “Mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo: modificações na estrutura ocupacional” *Anais do XIII Encontro Nacional de estudos Populacionais*, CDROM< Ouro Preto, 4 a 8 de novembro, 23 páginas

CALDEIRA, T (2000) *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania* São Paulo, Ed 34/EDUSP

CASTELLS, Manuel (1981) - *A Questão Urbana*. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

EMBRAESP (2002) Empresa Brasileira de Estudos de Patrimônio S/C Ltda Relatório Anual 2000 São Paulo, Informativo Imobiliário EMBRAESP

EUFRASIO, M (1999) *Estrutura Urbana e Ecologia Humana* São Paulo, Editora 34

JANUZZI, P de M & JANUZZI, N (2002) *Crescimento urbano, saldos migratórios e atratividade residencial dos distritos da Cidade de São Paulo* Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais vol 4, nº ½ São Paulo, ANPUR

QUEIROZ RIBEIRO, Luiz Cesar (2000) *O Futuro das Metrôpoles Desigualdade e governabilidade* Rio de Janeiro, REVAN/FASE

QUEIROZ RIBEIRO, Luis Cesar e LAGO, Luciana Correa do (2000). “O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte”. In BOGUS, Lucia e QUEIROZ RIBEIRO, Luiz Cesar (orgs), *Caderno Metrópole* n. 1, São Paulo, EDUC.

QUEIROZ RIBEIRO, LC (2003) *Segregação, Desigualdade e Habitação: a Metrópole do Rio de Janeiro* Texto apresentado na ANPUR, XENA, maio de 2003, www.observatorio.tk

SABATINI, (1999) *Tendencias de la segregacion residencial urbana em Latinoamerica: reflexiones a partir del caso de Santiago de Chile*. Série Azul nº 29, Instituto de Estudios Urbanos, Pontificia Universidade Católica

SASSEN, Saskia (1991). *The Global City: New York, London, Tokio*. Princeton, Princeton University Press.

TORRES,H et al (2003) “ Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo” *Estudos Avançados* 17(47), 1-32

VILLAÇA, F (1998) Espaço intra-urbano no Brasil São Paulo, Studio Nobel

